

Março é mês de luta para estudantes de Letras

Porto (da nossa delegação) — «O ministro da Educação não tem uma política concreta para a educação. Faz remendos conforme as reivindicações que lhe apresentam e, por exemplo, neste momento, está numa situação de responder negativamente a todas as propostas emanadas dos estudantes», afirmou ontem a «o diário», Manuel Loff, membro da Comissão Nacional Coordenadora dos Estudantes de Letras.

Aquele comentário surgia a propósito das afirmações feitas no sábado por João de Deus Pinheiro na Antena 1. Segundo o ministro, «o sistema de ensino não pode ser o principal escaudouro dos estudantes de Letras. Existem limitações decorrentes dos números de vagas nos ensinos preparatório e secundário».

Aquele opinião constitui, segundo Manuel Loff, «mais uma mistificação do ministro, porque ele bem sabe que não

exigimos cargos para todos, nem dizemos que a única saída deve ser o ensino». Em diversos encontros nacionais, os estudantes de Letras têm reclamado a abertura de novas vias profissionalizantes.

De qualquer forma, «não tem razão de ser a afirmação do ministro, quando se sabe que com o alargamento da escolaridade obrigatória para nove anos, como decorre da nova lei de bases do sistema educativo, prevê-se uma expansão de 40 por cento de vagas no sistema de ensino nos próximos cinco anos». Isto leva a que o MEC — segundo cálculos da FENPROF — terá de contratar entre 30 a 50 mil professores nos próximos cinco anos».

«Se o ministro está interessado em cumprir aquela lei, aprovada pela Assembleia da República — disse Manuel Loff — esta terá de ser a sua política. A lei de bases impõe a profissionalização em cinco anos, de todos os docentes em exercício e dos que venham a exercer a docência».

Por todo o mundo os licenciados em ciências humanas, sociais e afins têm no ensino a principal saída. Apesar dessa situação, os estudantes de Letras portugueses têm sido

dos primeiros a reivindicar que não sejam confinadas ao ensino as saídas profissionais.

Quando o ministro diz, como o fez na Antena 1, apoiar todos os cursos de pós-graduação que possam melhorar o mercado de emprego e o número de vagas para docentes, os estudantes perguntam porque se recusa o responsável pela pasta da Educação a recebê-los «e a assinar um documento-compromisso em como reconhece às universidades poder para negociar com os estudantes e, nomeadamente, em como não imporá restrições financeiras aos projectos que venham a ser aprovados, como a abertura de outras pós-graduações».

Ações de luta

Tem sido posto a correr em alguns meios estudantis, particularmente em Lisboa, que a luta vai endurecer agora para quatro dias de greve consecutivos. Sem esquecer a autonomia de que goza cada uma das escolas superiores, Manuel Loff adiantou-nos que, em termos de perspectivas consideradas pela Coordenadora Nacional, «não será aconselhável adoptar agora

uma luta daquele tipo. É sabido que, no Porto — onde não há aulas — e em Coimbra não estão minimamente reunidas condições para, neste momento preciso, avançar com uma greve por aquele período».

A Coordenadora dos estudantes de Letras considera fundamental o reagrupar de forças para o mês de Março, altura em que novas acções poderão, inclusive, ter o apoio dos estudantes do Secundário e dos Sindicatos dos Professores, «para exigir a revisão da política global do Governo para a educação».

Manuel Loff referiu-nos o comentário frequente de que os estudantes poderão passar a exigir a demissão do ministro. «A questão não se coloca nestes termos. Para os estudantes é não só inquestionável que este ministro tem de se demitir, como não se aguentará muito tempo no lugar, a prosseguir esta política. O problema estará, talvez, em que possa abandonar sem ter resolvido qualquer problema».

Frentes de luta

No mês de Março vão abrir-se várias frentes de luta. Assim, a nível político-institu-

cional, os estudantes insistirão na rápida marcação de audiências com o Presidente da República e com a Comissão Parlamentar da Educação.

Perante os órgãos de gestão das faculdades será sublinhada a necessidade imediata de desbloquear os trabalhos da Comissão Paritária, com marcação urgente da reunião prevista com o director-geral do Ensino Superior para os dias 26 ou 27 deste mês, bem como a recolha de todos os dados e sua devida apreciação pela Comissão, por forma a não protelar por mais tempo a tomada de posições.

Os estudantes exigem ainda o envolvimento directo das reitorias no processo de negociação em curso, por forma a dissipar os equívocos suscitados pelo «pseudo-acordo» do passado dia 18, com a ex-direcção da AE de Letras de Lisboa.

Para meados do mês de Março será convocado um Encontro Nacional de Direcções Associativas, destinado a possibilitar uma tomada de posição conjunta e actualizada do movimento associativo sobre as questões que hoje afectam todos os estudantes universitários.

Dia
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

conflito. estudantes

